

BRASIL
STF EMPACA,
CONFIANÇA DESABA
E O PAÍS SEGUE
NO ESCURO

ECONOMIA
SELIC CAI,
MAS A CONTA
AINDA SOBRA
PARA VOCÊ

MUNDO
GUERRA SEM FIM:
UCRÂNIA, GAZA,
IRÃ E UM PLANETA
MAIS PERTO DO CAOS

SOCIEDADE
A FARSA DAS
REDES SOCIAIS:
MAIS APARÊNCIA,
MENOS GENTE

**VERGONHA
AINDA DÁ
AUDIÊNCIA**



O AZORRAGUE

JORNAL DE CRÍTICA, IDEIAS, HUMOR E INCONFORMISMO

ANO 1 | EDIÇÃO 1

18 DE SETEMBRO DE 2026

BRASIL

AQUI
NINGUÉM
É SAGRADO

QUEM JULGA QUEM?



**ENTREVISTAS, DIVERGÊNCIAS E INTERESSES,
O STF MOSTRA QUE A JUSTIÇA TAMBÉM É POLÍTICA**

O AZORRAGUE

CRÍTICA • IDEIAS • HUMOR • INCONFORMISMO

BRASIL • JUSTIÇA • INSTITUIÇÕES

SUPREMO SOB O PRÓPRIO JULGAMENTO

O STF entrou para decidir e conseguiu sair com a decisão de não decidir. Antes de chegar ao mérito, engasgou no rito: Moraes e Mendonça, juntos ou separados? Entre divergências e bate-boca, Flávio Dino pediu vista, o julgamento parou e a crise continuou trabalhando em horário integral. No Supremo, até para lavar a roupa suja é preciso decidir primeiro quem fica com o varal.



Há crises institucionais que chegam a Brasília acompanhadas de discursos, multidões e solenidades de emergência;

esta chegou dentro de um telefone celular. O aparelho pertencia a Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, e talvez

ninguém imaginasse, quando a Polícia Federal começou a examinar seu conteúdo, que dali sairia material capaz de alcançar ministros do Supremo, familiares de ministros, advogados, empresários e pessoas próximas a integrantes da Corte. O que começara como parte de uma investigação sobre um banco foi adquirindo outra dimensão à medida que mensagens, contatos e relações anteriormente desconhecidas começaram a aparecer, até colocar o Supremo diante de uma pergunta especialmente incômoda para qualquer tribunal: como proceder quando fatos encontrados numa investigação alcançam integrantes da própria instituição encarregada de definir os limites jurídicos dessa investigação?

Foi nesse ambiente que o Supremo abriu, na terça-feira, 15 de setembro, uma das sessões mais incomuns de sua história recente. O plenário analisava a Petição 16662, originada de relatório produzido pela Polícia Federal a partir de informações extraídas do celular de Vercaro, no âmbito do caso Master, com supostos diálogos relacionados ao ministro Alexandre de Moraes. A própria página processual do STF registra a petição como procedimento de investigação penal, instaurado de ofício, e mostra que André Mendonça, que então conduzia o caso, encaminhou os autos à Presidência em 12 de setembro. O motivo formal dessa remessa é importante: Fachin havia determinado a substituição da relatoria diante da possibilidade de incidência do artigo 144, IV, do Código de Processo Civil, que trata de hipótese de impedimento do juiz. Mendonça cumpriu a determinação e remeteu os autos. Fachin passou, então, a responder pela Petição 16662.

Paralelamente, Alexandre de Moraes apresentou informações contra a atuação de André Mendonça no caso Master, dando origem à Petição 16704. Surgiram, assim, duas frentes distintas que acabaram se encontrando no plenário: uma relacionada ao material policial que

mencionava Moraes e outra decorrente dos questionamentos formulados por Moraes sobre a atuação de Mendonça. A Procuradoria-Geral da República questionou a validade de atos relacionados à primeira apuração, enquanto Moraes sustentava que não havia pedido formal da Polícia Federal, do Ministério Público ou do próprio Mendonça para investigá-lo. Antes que o tribunal pudesse chegar ao conteúdo dessas controvérsias, porém, apareceu uma pergunta anterior e decisiva: as duas petições deveriam caminhar juntas ou separadamente?

Gilmar Mendes apresentou questão de ordem, a partir de sugestão de Flávio Dino, defendendo que as petições fossem reunidas, submetidas a julgamento conjunto e redistribuídas a novo relator. Também propôs que fossem identificados nos autos magistrados mencionados nas investigações do Master quando houvesse indícios de recebimento indevido de valores, permitindo a manifestação dos envolvidos e da Procuradoria-Geral da República. Fachin discordou da reunião. André Mendonça, Luiz Fux e Cármen Lúcia acompanharam o presidente, formando quatro votos pela tramitação separada. Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin defenderam o julgamento conjunto. Dino indicou concordância com a reunião, mas pediu vista e solicitou que sua manifestação não fosse computada como voto. O resultado, portanto, não foi uma decisão final de quatro a três pela separação, mas um placar provisório de quatro a três quando o julgamento foi interrompido, sem que o mérito da Petição 16662 tivesse sido examinado.

Até aí seria possível imaginar que o país assistia apenas a uma disputa processual particularmente sofisticada. A própria sessão encarregou-se de desfazer essa impressão. Moraes afirmou que não existia pedido formal para investigá-lo e acusou Mendonça de ter tentado incluí-lo numa eventual colaboração premiada de

Vorcaro. Mendonça negou a acusação, chamou-a de mentira e sustentou a regularidade de sua atuação. Gilmar Mendes e Mendonça também trocaram acusações, inclusive sobre eventual motivação político-eleitoral; Luiz Fux e Gilmar divergiram sobre a atuação da Polícia Federal; Flávio Dino questionou Fachin sobre a transferência da relatoria e os poderes da Presidência. O que começara como discussão sobre procedimento terminou expondo divergências internas que já não podiam ser confundidas com uma simples discordância acadêmica entre onze professores de Direito.

É justamente no caso de Fachin que a precisão faz diferença. Dizer simplesmente que o presidente “retirou Mendonça da relatoria” descreve a consequência, mas omite a fundamentação formal do ato. Fachin registrou que a decisão decorria da possível incidência de regra de impedimento e utilizou competência prevista no Regimento Interno para determinar que a Presidência passasse a responder pela Petição 16662. Mendonça, em despacho posterior, registrou que estava remetendo os autos em cumprimento à determinação. Isso não encerra a discussão sobre a correção jurídica da medida, que foi contestada dentro e fora do tribunal, mas impede que a reportagem apresente como ato arbitrário aquilo que veio acompanhado de fundamentação jurídica expressa. Uma coisa é discordar do fundamento; outra, muito diferente, é fingir que ele não existiu.

Enquanto o plenário discutia essas questões, o celular de Vorcaro continuava produzindo personagens. Mensagens divulgadas pela imprensa trouxeram referências a pessoas próximas de outros ministros. É neste ponto que a reportagem precisa diminuir a velocidade, porque telefone apreendido é excelente fornecedor de manchetes e péssimo substituto de sentença. Mensagem não é

propina, reunião não é crime, tentativa de aproximação não comprova favorecimento e filho de ministro não transmite responsabilidade penal ao pai. As revelações podem levantar questões relevantes sobre relações profissionais, impedimentos, suspeições e aparência de imparcialidade, mas não autorizam que o jornal complete com imaginação aquilo que a investigação ainda não demonstrou.

No caso de Kassio Nunes Marques, duas histórias diferentes ocorreram simultaneamente e não devem ser fundidas numa única relação de causa e efeito. A primeira envolve seu filho, Kevin de Carvalho Marques. Relatório do Coaf divulgado anteriormente mostrou que a Consult Inteligência Tributária, empresa de Teresina que prestou serviços ao Banco Master, recebeu R\$ 6,6 milhões da instituição entre 2024 e 2025 e fez onze transferências, no total de R\$ 281,6 mil, ao escritório de Kevin. O advogado afirma que recebeu os valores por serviços jurídicos tributários prestados à Consult e nega ter trabalhado para o Banco Master ou recebido dinheiro de Daniel Vorcaro. Mensagens divulgadas posteriormente mencionam cifra de R\$ 500 mil mensais e fazem referência à Consult, mas isso não equivale a demonstrar que Kevin tenha recebido tais pagamentos. O que está documentado é o pagamento de R\$ 281,6 mil pela Consult e a relação da Consult com o Master; qualquer passo além disso precisa ser tratado como alegação ainda não comprovada.

A segunda história é o afastamento de Kassio do julgamento de 15 de setembro, e aqui a causa formal declarada pelo ministro foi outra. Kassio disse considerar-se impedido porque preside o Tribunal Superior Eleitoral e entendia que o resultado do julgamento poderia repercutir na eleição presidencial de outubro. Acrescentou que não julgara caso relacionado ao Master e que havia votado pela manutenção da prisão preventiva de Vorcaro. Portanto, embora a declaração de impedimento tenha ocorrido no mesmo

ambiente em que circulavam notícias sobre Kevin, não é correto afirmar que Kassio deixou o julgamento por causa das mensagens envolvendo o filho. Essa ligação causal não foi apresentada pelo ministro. A cronologia pode ser registrada; a causalidade não pode ser inventada.

Isso não impede que outra história envolvendo Kassio seja contada, desde que devidamente atribuída. Segundo reportagem da Folha de S.Paulo publicada em 16 de setembro, Kassio bloqueou Gilmar Mendes no WhatsApp depois de uma troca áspera de mensagens em que Gilmar pressionava colegas a se afastarem de julgamentos relacionados ao Master. A reportagem diz que Gilmar mencionou justamente situações envolvendo Kevin Marques e Rodrigo Fux. O episódio não foi divulgado oficialmente pelo STF e, portanto, deve permanecer no texto exatamente como aquilo que é: uma informação de bastidor publicada pela imprensa. Se verdadeira, oferece à sátira uma oportunidade que seria quase irresponsável desperdiçar, porque o tribunal responsável pela palavra final sobre conflitos constitucionais chegou ao ponto em que milhões de brasileiros encerram suas próprias controvérsias: alguém apertou “bloquear contato”.

O caso de Luiz Fux também exige que pai e filho não sejam fundidos numa única personagem. Mensagens encontradas no celular de Vorcaro mostram contatos entre o banqueiro e Rodrigo Fux, advogado e filho do ministro. Há registros de conversas, tentativa de encontros e um almoço em Nova York em maio de 2024. Reportagens posteriores revelaram linguagem de proximidade entre Rodrigo e Vorcaro e contatos relacionados a eventos. A assessoria de Rodrigo apresentou versões e esclarecimentos sobre parte desses episódios, inclusive afirmando, em relação ao almoço de Nova York, que ele não manteve contato direto com Vorcaro naquela ocasião. O material jornalístico sustenta que existiram

contatos entre os dois; não sustenta automaticamente que Luiz Fux tenha participado de irregularidade ou favorecido o banqueiro.

O mesmo cuidado vale para André Mendonça. Mensagens divulgadas pela Folha indicam que Vorcaro buscou aproximação com o ministro por diferentes intermediários entre 2024 e 2025, recebeu convites relacionados ao Instituto Iter e encontrou-se pessoalmente com Mendonça em março de 2025. Um convite para coquetel do instituto em Belo Horizonte acabou sendo desfeito após oposição interna à presença de Vorcaro. O fato relevante para a cronologia é que esses episódios antecedem a condição posterior de Mendonça como relator do caso Master. Portanto, podem ser examinados como relações e tentativas de aproximação que merecem transparência, mas não devem ser descritos como contatos de Vorcaro com o juiz de seu processo no momento em que ocorreram.

Com Dias Toffoli, o cuidado precisa ser ainda maior. Ele não declarou impedimento em 15 de setembro. Declarou suspeição por foro íntimo e fez questão de estabelecer a diferença. Recordou que já adotava essa posição nos procedimentos relacionados ao Master desde abril e explicou que a mantinha para preservar a Corte diante de possíveis especulações. O ponto decisivo é que foro íntimo não exige que o magistrado revele publicamente a razão pessoal da suspeição, e Toffoli não a revelou. Por isso, não é correto escrever que ele se declarou suspeito “por causa do Tayayá”, “por causa de familiares” ou por qualquer outra razão que o próprio ministro não tenha apresentado. Essas circunstâncias podem ser relatadas separadamente como fatos que cercaram o caso, mas não podem ser transformadas pela reportagem na causa jurídica declarada de sua suspeição.

A diferença entre Kassio e Toffoli é, aliás, instrutiva para compreender a própria crise. Kassio invocou

impedimento e apresentou uma justificativa objetiva ligada à presidência do TSE e à repercussão eleitoral que atribuía ao julgamento. Toffoli invocou suspeição por foro íntimo, razão subjetiva que decidiu não revelar, afirmando apenas que pretendia preservar a Corte de especulações. O efeito prático foi semelhante, nenhum dos dois votou, mas as razões jurídicas declaradas foram diferentes. Misturá-las porque ambos aparecem de algum modo no universo do caso Master produz uma narrativa mais simples e dramaticamente mais atraente, mas também menos verdadeira.

É justamente quando se preservam essas diferenças que a dimensão da crise aparece com mais nitidez. Moraes é mencionado em material extraído do celular de Vorcaro e contesta a forma como os dados relacionados a ele foram tratados; Mendonça defende a legalidade de sua atuação e enfrenta acusações formuladas pelo colega; Fachin assume a Petição 16662 mediante fundamento regimental e possível hipótese de impedimento, mas vê sua decisão contestada; Gilmar propõe reunir os casos e ampliar a identificação de magistrados eventualmente alcançados por indícios; Fux participa da votação enquanto reportagens revelam contatos entre seu filho e Vorcaro; Kassio declara impedimento pela função que exerce na Justiça Eleitoral; Toffoli declara suspeição por foro íntimo; Dino questiona aspectos da condução processual e termina pedindo vista. Nenhuma dessas situações é idêntica à outra. Colocá-las todas sob a expressão genérica “ministros envolvidos com Vorcaro” seria jornalisticamente cômodo e factualmente pobre.

Também é necessário precisão ao falar de Alexandre de Moraes. O registro oficial do STF descreve a Petição 16662 como referente a relatório da Polícia Federal que contém supostos diálogos relacionados ao ministro. O próprio Moraes sustenta que não houve pedido formal para investigá-lo, e justamente

uma das questões em discussão é a validade e o destino desse material. Portanto, enquanto a Corte não resolver essa controvérsia, a formulação mais segura é falar em possível abertura de investigação, apuração relacionada a Moraes ou relatório que o menciona, e não afirmar simplesmente que existe uma investigação criminal regularmente aberta contra ele.

Essa distinção ajuda a compreender por que a sessão se tornou tão complicada. Os ministros não discutiam apenas se os fatos relacionados a Moraes mereciam ou não investigação. Discutiam a validade dos atos já praticados, a competência de quem os praticara, a possibilidade de reunião com a petição envolvendo questionamentos contra Mendonça, a relatoria, a participação de integrantes da Corte na votação e as declarações de impedimento ou suspeição. O Supremo chegou, assim, a uma situação que parece feita para O Azorrague, mas não precisa de invenção para funcionar: antes de decidir o que fazer com os fatos, precisava decidir quem podia decidir e por qual caminho processual chegaria à decisão.

Flávio Dino interrompeu essa caminhada com o pedido de vista. Até aquele momento havia quatro votos pela separação das petições e três pela reunião. Dino indicara posição favorável à reunião, mas pediu expressamente que sua manifestação não fosse computada, razão pela qual não existe decisão final de quatro a três. Existe um julgamento suspenso nesse placar provisório. O mérito da Petição 16662 não foi examinado. Pelas regras do STF, o pedido de vista pode manter o processo com Dino por até 90 dias. O Supremo, portanto, não decidiu se Moraes deve ou não ser investigado; sequer concluiu a controvérsia preliminar sobre a forma pela qual os dois casos devem tramitar.

O pedido de vista interrompe o julgamento, mas não interrompe o restante. As mensagens já divulgadas continuam submetidas ao escrutínio

público, reportagens continuam examinando relações de Vorcaro com diferentes personagens e novos elementos podem aparecer. Tudo isso acontece em período eleitoral, o que explica parte da preocupação manifestada na própria sessão, mas também exige cuidado redobrado para que fato, alegação e interpretação política não sejam transformados numa coisa só. Uma Corte constitucional pode sobreviver a notícias desagradáveis; dificilmente preserva sua autoridade se fatos verdadeiros e rumores começam a circular sem distinção.

Há, por isso, um perigo evidente em transformar o caso Master numa grande árvore genealógica da culpa. Kevin Marques não é Kassio Nunes Marques; Rodrigo Fux não é Luiz Fux; as relações empresariais de familiares de Dias Toffoli não constituem automaticamente atos do ministro; o Instituto Iter não se confunde juridicamente com André Mendonça; mensagem encontrada no celular de Vorcaro não demonstra, por si mesma, crime de quem nela é citado. O parentesco pode tornar determinados fatos relevantes para uma análise de conflito de interesses, mas responsabilidade penal não se transmite pelo sobrenome. Uma reportagem que pretenda cobrar do Supremo respeito ao devido processo legal perderia autoridade se comesse ela própria abolindo-o.

Isso não reduz a gravidade institucional do que está acontecendo. Ao contrário, coloca a questão no lugar certo. O problema não é demonstrar que oito ministros pertencem a uma mesma trama, porque até agora os fatos conhecidos não permitem essa conclusão. O problema é que situações diferentes envolvendo integrantes ou pessoas próximas a integrantes da Corte convergiram para um mesmo ambiente processual e obrigaram o Supremo a discutir publicamente seus próprios mecanismos de controle, impedimento, suspeição, competência e transparência.

A força da crise está precisamente nessa multiplicidade. Para um ministro, existe um relatório policial contestado; para outro, questionamentos sobre a condução de investigações; para outro, contatos profissionais de um filho; para outro, uma suspeição declarada por foro íntimo; para outro, impedimento fundado na presidência do TSE; para o presidente da Corte, uma decisão de substituição de relatoria cuja interpretação é contestada por colegas. Não é preciso transformar tudo numa conspiração para perceber o tamanho do problema. Na verdade, fazer isso diminuiria a reportagem, porque substituiria uma crise institucional real e complexa por uma história muito mais fácil e provavelmente falsa.

O Supremo brasileiro adquiriu nas últimas décadas um protagonismo extraordinário. Decide questões eleitorais, direitos fundamentais, conflitos entre Poderes, investigações criminais e controvérsias econômicas de enorme dimensão. Seus ministros tornaram-se figuras públicas, seus votos são acompanhados em tempo real e suas divergências passaram a fazer parte do cotidiano político nacional. Esse poder não torna seus integrantes culpados quando são questionados, mas torna insuficiente a ideia de que determinadas relações pertencem exclusivamente à esfera privada quando podem repercutir sobre processos submetidos à Corte.

Independência judicial e escrutínio público não são conceitos incompatíveis. Ao contrário, um depende do outro. O magistrado precisa estar protegido contra pressões externas para decidir segundo o Direito, mas uma instituição dotada de tamanho poder precisa ser capaz de explicar como enfrenta conflitos de interesse, como define impedimentos, por que reconhece suspeições e qual procedimento utiliza quando as dúvidas recaem sobre seus próprios integrantes. A toga protege a independência do juiz; não transforma seu ocupante em personagem invisível.

É nesse sentido que até a história do WhatsApp entre Gilmar e Kassio adquire significado maior do que a simples anedota. Se a reportagem da Folha estiver correta, um ministro bloqueou outro depois de uma troca particularmente áspera de mensagens. Não há crime nisso, nem questão constitucional propriamente dita. Há apenas seres humanos fazendo aquilo que seres humanos fazem quando se irritam. O problema começa quando relações pessoais, divergências institucionais e processos bilionários passam a ocupar simultaneamente o mesmo cenário. O que distingue o Supremo de um grupo de WhatsApp não é a ausência de brigas; é a existência de regras capazes de impedir que as brigas decidam os processos.

O caso Master tornou essa velha questão constitucional extraordinariamente concreta. Moraes e Mendonça participaram da votação preliminar; Fachin teve sua condução questionada; Gilmar apresentou proposta para reunir os casos e ampliar o exame de magistrados eventualmente mencionados; Fux votou enquanto reportagens revelavam contatos de seu filho com Vorcaro; Kassio declarou impedimento pela função eleitoral que exerce; Toffoli declarou suspeição por foro íntimo; Dino pediu vista. Reunidos numa mesma sessão, fatos de natureza tão diferente produzem uma impressão quase inverossímil, mas a realidade já forneceu material suficiente para dispensar qualquer exagero. O cuidado necessário é justamente o contrário: não aumentar o que se sabe, não preencher com suspeitas aquilo que ainda permanece sem resposta e, sobretudo, não transformar coincidências, contatos e relações pessoais em provas que os fatos conhecidos ainda não produziram.

Agora o Supremo terá de fazer justamente aquilo que exige dos outros: separar fatos de versões, indícios de provas, contatos de favorecimentos, relações familiares de responsabilidades

individuais, impedimento de suspeição e controvérsia jurídica de desavença pessoal. Terá de determinar qual procedimento é válido, quem pode participar dele e de que maneira fatos relacionados aos próprios integrantes serão examinados sem proteção corporativa, mas também sem condenações antecipadas. Proteger um ministro apenas porque é ministro comprometeria a confiança na Corte; condená-lo porque seu nome, ou o de um filho, apareceu num telefone comprometeria as garantias que a própria Corte existe para defender.

É nesse ponto que a crise deixa de pertencer a Alexandre de Moraes, André Mendonça, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Flávio Dino, Luiz Fux, Kassio Nunes Marques ou Dias Toffoli isoladamente. A questão passa a ser o próprio funcionamento de uma instituição que ocupa o último andar do Judiciário brasileiro. Uma democracia precisa de um Supremo forte para assegurar direitos, controlar abusos e preservar a Constituição, mas exatamente por isso perguntar como seus integrantes são controlados não constitui agressão ao tribunal. Constitui uma pergunta democrática elementar.

Na terça-feira, o STF ainda não conseguiu respondê-la. Antes de chegar ao mérito, precisou discutir competência, relatoria, reunião de processos, impedimento, suspeição e até quem deveria participar da votação. Flávio Dino pediu vista e o julgamento parou.

Talvez esteja justamente aí a ironia mais séria de toda a história. Durante décadas, o Supremo foi chamado para resolver as crises da República. Desta vez, uma crise chegou ao próprio tribunal e obrigou seus ministros a enfrentar uma pergunta que costuma ser muito mais confortável quando dirigida aos outros: quem julga quem julga?

O processo pode ganhar até noventa dias. A resposta institucional, não deveria precisar de tanto.

O AZORRAGUE

CRÍTICA • IDEIAS • HUMOR • INCONFORMISMO

BRASIL • POLÍTICA • PODER

QUANTOS CAROÇOS DE MENTIRA VOCÊ ENGOLE...NA POLÍTICA?

Na política, mentira não tem partido, tem freguês. O brasileiro fareja golpe no troco da padaria, mas, se o absurdo vier do político de estimação, abre a boca e pede repeteco. Com pequi, aprende desde menino a não morder o caroço. Com político, chega à idade de votar e ainda pergunta se pode engolir inteiro.



O pequi, pelo menos, é honesto. Tem cheiro forte, personalidade própria e não faz campanha para esconder o que carrega por dentro. Debaixo daquela polpa amarela e convidativa existe um caroço eriçado de espinhos, e todo goiano aprende cedo uma regra de sobrevivência que deveria constar também dos manuais de ciência política: pequi se raspa com

cuidado, porque quem resolve mordê-lo aprende pela língua.

Na política brasileira, entretanto, conseguiram desenvolver uma variedade mais sofisticada da fruta, aparentemente sem espinhos, embalada em discurso, vídeo de quinze segundos, entrevista camarada, gráfico colorido, postagem indignada e promessa de salvação

nacional. O caroço continua lá, evidentemente, mas ganhou um nome mais elegante: narrativa.

E narrativa é uma maravilha porque serve para tudo. Há a patriótica, embrulhada na bandeira; a social, que chega abraçada aos pobres; a moralista, sempre preocupadíssima com os costumes alheios; a econômica, que adora uma porcentagem escolhida a dedo; e a administrativa, aquela que aparece acompanhada de gráficos tão bonitos que quase ninguém tem coragem de perguntar de onde saíram os números.

Existe ainda uma modalidade particularmente engenhosa, talvez a mais eficiente de todas, que mistura um pouco de verdade com uma boa quantidade de distorção. O pedaço verdadeiro funciona como polpa, o restante vem no caroço. É o pequi politicamente processado, pronto para consumo e com espinhos omitidos da embalagem.

Não faltam exemplos. Houve um presidente que levou a modalidade a tal escala que uma agência de checagem passou quatro anos fazendo aquilo que talvez nem os autores da Constituição imaginassem ser necessário: contar. Ao final do mandato, o Aos Fatos havia registrado 6.676 declarações falsas ou distorcidas, média de 4,58 por dia, sendo que mais de 70% delas haviam sido repetidas ao menos uma vez.

Convenhamos que repetir uma mentira milhares de vezes exige certa disciplina. A verdade costuma ser preguiçosa, aparece uma vez acompanhada dos documentos e vai cuidar da vida; a mentira política moderna trabalha em três turnos, faz hora extra e ainda publica o expediente nas redes sociais. Mudou o ocupante do palácio, mas ninguém precisou decretar falência para a indústria.

O atual presidente também já teve declarações classificadas como falsas ou enganosas em checagens recentes, inclusive sobre fome, crescimento econômico e até encontros pessoais que

registros públicos indicavam ter ocorrido. A diferença de quantidade, contexto ou gravidade entre casos não deve ser apagada, porque mentira não vira equivalente só por compartilhar o mesmo substantivo. Mas a lição é menos confortável para quem gostaria de escolher uma camiseta e encerrar o assunto: a verdade não recebeu filiação partidária.

Em Goiás, onde entendemos de pequi muito antes de entendermos de algoritmo, a política descobriu que segurança pública combina magnificamente com palanque. E aqui é preciso não trapacear com os próprios fatos: indicadores de criminalidade podem, sim, registrar avanços reais, e avanços devem ser reconhecidos. A alquimia começa quando melhorar deixa de ser suficiente e o dado precisa voltar da publicidade promovido a façanha absoluta.

Estatísticas são escolhidas, períodos comparados, recortes ajeitados e logo a propaganda já não informa que determinada situação melhorou, mas sugere que o cerrado acaba de descobrir a fórmula definitiva contra o crime.

Na cozinha eleitoral, o número entra como estatística e sai como testemunho de milagre. E o governador goiano que hoje disputa espaço nacional também teve afirmações recentes classificadas como desinformativas ao atacar adversários na corrida presidencial.

Na mesma terra surgiu também uma versão digital da lavoura. O parlamentar planta uma afirmação pela manhã, rega com indignação antes do almoço, aduba com um vídeo de quarenta segundos e, quando chega a noite, já está colhendo milhares de compartilhamentos. Se depois aparece uma checagem demonstrando que a informação estava errada, exagerada ou fora de contexto, pouco importa, porque a safra já foi distribuída.

Nas redes sociais inventamos uma modalidade extraordinária de agricultura: primeiro se colhe, depois se verifica se alguma coisa foi plantada.

Seria muito agradável parar por aqui, escolher o lado que mais nos desagrada e anunciar que finalmente localizamos a sede nacional da mentira. O problema é que isso também seria um pequeno carço servido ao leitor.

Em dez anos de atividade, o Aos Fatos verificou cerca de 15 mil declarações de políticos e autoridades e quase quatro mil peças de desinformação, encontrando a mentira e a distorção espalhadas pelo debate público brasileiro.

Em 2026, por exemplo, checagens da campanha presidencial já encontraram afirmações enganosas vindas de nomes de campos políticos distintos. A mentira política tornou-se suficientemente democrática para circular por governo, oposição, esquerda, direita, centro, palanque, gabinete e rede social. Não discrimina ninguém. Nesse ponto, pelo menos, alcançamos a igualdade.

Mas talvez estejamos acusando demais quem serve o prato e examinando pouco quem abre a boca. O político exagera porque o exagero funciona, omite porque a omissão frequentemente passa despercebida e repete porque descobriu que uma afirmação pode perder sucessivamente a relação com os fatos e, paradoxalmente, ganhar força eleitoral. Nada disso teria tamanho êxito, porém, sem a colaboração involuntária de um personagem indispensável: o eleitor que exige escritura pública, perícia, reconhecimento de firma e três testemunhas para acreditar numa informação desfavorável ao seu candidato, mas aceita um vídeo de WhatsApp como prova documental quando o acusado é o adversário.

É aí que o humor começa a perder um pouco da graça.

A mentira política contemporânea nem sempre precisa convencer alguém de alguma coisa nova. Muitas vezes basta dizer exatamente aquilo em que a pessoa já gostaria de acreditar. Ela confirma o medo existente, massageia a indignação, alimenta a raiva e oferece ao eleitor a

agradável sensação de descobrir que estava certo desde o início. Quando isso acontece, a estatística oficial vira suspeita, a reportagem vira conspiração, a decisão judicial vira perseguição, a universidade vira aparelho ideológico e a agência de checagem, naturalmente, passa a fazer parte do complô. Se o fato insiste em discordar da crença, pior para o fato.

Talvez essa seja a grande proeza da política na era das redes. Nunca tivemos tanto acesso à informação e, ao mesmo tempo, nunca foi tão fácil montar uma pequena realidade particular, mobiliá-la com nossas certezas, fechar as janelas e morar confortavelmente dentro dela. Cada grupo dispõe de seus heróis, seus vilões, seus especialistas, seus vídeos, suas estatísticas preferidas e, naturalmente, suas mentiras intoleráveis, que são sempre as mentiras dos outros.

Por isso, diante da próxima promessa extraordinária, do próximo gráfico milagroso, do próximo vídeo indignado e daquela notícia que parece boa demais para ser falsa justamente porque confirma tudo aquilo em que você já acreditava, talvez valha fazer uma pergunta antes de compartilhar:

Quantos carços de mentira você engole... na política?

A pergunta não é dirigida apenas ao presidente, ao governador, ao deputado, ao senador, ao ministro ou ao candidato da vez. É dirigida também a quem vota, compartilha, aplaude, defende e, principalmente, a quem decidiu que a mentira deixa de ser mentira quando ajuda o próprio lado.

O pequi, afinal, continua levando uma enorme vantagem sobre a política. Ele jamais prometeu não ter espinhos. Quem morde o carço descobre imediatamente o tamanho do erro e passa alguns dias lembrando da imprudência.

Na política, somos mais resistentes: engolimos o carço, culpamos o cozinheiro do partido adversário e, quatro anos depois, voltamos ao balcão perguntando se tem mais.

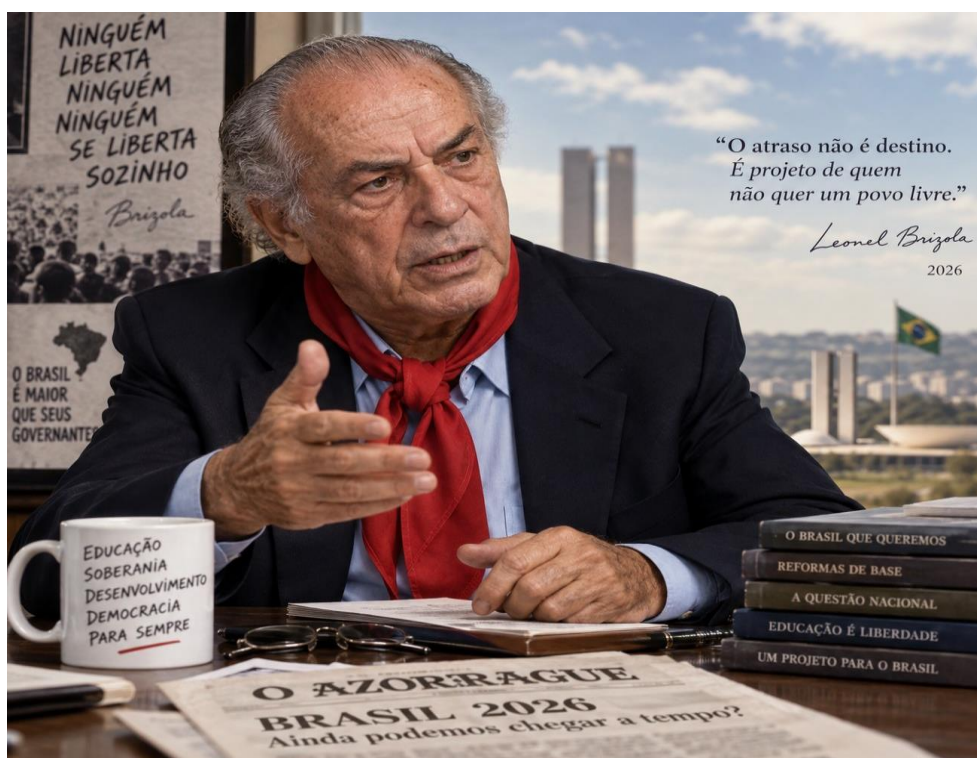
O AZORRAGUE

CRÍTICA • IDEIAS • HUMOR • INCONFORMISMO

BRASIL • POLÍTICA • ENTREVISTA IMAGINÁRIA

SE BRIZOLA ESTIVESSE AQUI

Leonel Brizola diante do Brasil de 2026: democracia, poder, escândalos, educação, desigualdade, desenvolvimento e o lugar do país no mundo, com a velha pergunta que continua sem resposta: por que o Brasil insiste em chegar atrasado ao próprio futuro?



Leonel de Moura Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922, no Rio Grande do Sul, formou-se engenheiro e entrou para o PTB em 1945. Foi deputado estadual, secretário de Obras, deputado federal, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul. Em 1961, diante da tentativa dos ministros militares de impedir a posse constitucional do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, transformou o Palácio Piratini no centro da Campanha da Legalidade, mobilizando emissoras de rádio e resistência política em defesa da Constituição. Em 1962, elegeu-se deputado federal pela Guanabara com votação recorde para a época e tornou-se uma das principais vozes das reformas de base. Cassado depois do golpe de 1964, partiu para um exílio que atravessaria Uruguai, Estados Unidos e Portugal.

Voltou ao Brasil depois da anistia de 1979. Perdeu para o grupo de Ivete Vargas a disputa judicial pela sigla PTB e fundou, em 1980, o PDT. Governou o Rio de Janeiro duas

vezes e fez da educação pública uma de suas marcas, especialmente pelos CIEPs concebidos com Darcy Ribeiro. Participou das Diretas Já, disputou a Presidência em 1989, ficando em terceiro lugar, a aproximadamente 450 mil votos de Lula, a quem apoiou no segundo turno contra Fernando Collor. Voltou a disputar a Presidência em 1994 e, quatro anos depois, foi candidato a vice-presidente na chapa de Lula. Sua longa trajetória incluiu também controvérsias, como sua aproximação inicial com Collor durante o segundo governo fluminense e a demora em aderir à defesa do impeachment em 1992. Morreu no Rio de Janeiro em 21 de junho de 2004.

O homem que O Azorrague entrevista a seguir, portanto, não existe. Mas existiram suas ideias, seus combates, suas contradições, seu nacionalismo trabalhista, sua obsessão pela escola pública e uma maneira particularmente pouco cerimoniosa de olhar para o poder. É a partir desse Brizola histórico que imaginamos o que ele poderia dizer se, aos 104 anos, abrisse os jornais de 16 de setembro de 2026 e perguntasse que diabo fizeram com o Brasil durante sua ausência.

O AZORRAGUE: Governador, o senhor morreu em 2004. Se voltasse hoje e recebesse um resumo do Brasil de 2026, qual seria sua primeira impressão?

Primeiro eu perguntaria se me ressuscitaram ou se ressuscitaram o Brasil, porque são duas coisas diferentes. Encontraria um país muito mais moderno tecnologicamente, muito mais urbano, com avanços sociais importantes, instituições democráticas funcionando há décadas, mas ainda carregando algumas velharias que eu reconheceria sem precisar de apresentação. Continuamos discutindo desigualdade, educação deficiente, concentração econômica, dependência tecnológica, juros, infraestrutura e a dificuldade de transformar riqueza nacional em desenvolvimento nacional. Trocaram os telefones, trocaram os automóveis, apareceu a inteligência artificial, mas certos problemas brasileiros parecem ter adquirido estabilidade no serviço público. O mais curioso é que o Brasil ficou maior, mais rico e mais influente, mas continua desconfiando da própria capacidade de tornar-se uma grande nação. Temos tamanho de potência e, muitas vezes, planejamento de condomínio.

O AZORRAGUE: O Brasil continua sendo tratado como país em desenvolvimento. Por que nunca atravessamos definitivamente essa fronteira?

Porque crescimento e desenvolvimento não são a mesma coisa. O Brasil já provou que sabe crescer. Cresceu com Vargas, industrializou-se com Juscelino e cresceu extraordinariamente até durante a ditadura que me cassou e me mandou para o exílio. Eu não negaria o chamado milagre econômico só porque combati aquele regime. O milagre existiu nas estatísticas; a pergunta é para quem ele fez milagres. O país produziu mais, construiu infraestrutura e ampliou sua indústria, mas fez isso com arrocho salarial, concentração de renda, endividamento externo e trabalhadores impedidos de disputar livremente uma parcela maior da riqueza que ajudavam a produzir. Isso pode fazer o PIB disparar. Não basta para fazer uma nação desenvolvida.

Desenvolvimento, para mim, significa outra coisa: uma nação senhora do próprio destino, com escola pública de qualidade, ciência, tecnologia, indústria nacional, infraestrutura, trabalho valorizado e controle dos setores

estratégicos. Não adianta crescer dez por cento se a riqueza sobe pelo elevador e o povo continua esperando a escada. Também não adianta distribuir aquilo que o país não produz. É preciso crescer, e crescer muito, mas sabendo quem controla a riqueza, quem se beneficia dela e quanto permanece no Brasil para financiar o desenvolvimento seguinte. Capital privado tem seu papel, inclusive o estrangeiro, mas capital não tem pátria nem obrigação social com o Brasil. Quem tem essa obrigação é o Estado brasileiro e a sociedade brasileira.

O nosso fracasso histórico não foi incapacidade de crescer, mas incapacidade de transformar crescimento em projeto nacional duradouro. Começamos, interrompemos, privatizamos, estatizamos, abrimos, fechamos, desmontamos e recomeçamos. Cada governo chega convencido de que o Brasil nasceu na sua posse e que antes dele havia apenas escuridão. Enquanto outros países planejaram décadas, nós planejamos eleições. O Brasil não precisa de milagre. Precisa de soberania, educação, produção, justiça social e continuidade. Milagre dura alguns anos; desenvolvimento precisa durar gerações.

O AZORRAGUE: Então nosso problema não é falta de riqueza?

Nunca foi. Temos território continental, água, agricultura extraordinariamente produtiva, minerais, petróleo, biodiversidade, energia renovável, mercado consumidor, universidades, indústria, sistema financeiro sofisticado e posição geográfica privilegiada. O problema brasileiro sempre foi transformar potencial em capacidade nacional. Exportar minério é riqueza; dominar a tecnologia dos materiais é desenvolvimento. Produzir soja é riqueza; controlar biotecnologia, fertilizantes, máquinas e cadeias globais de alimentos é desenvolvimento. Extrair petróleo é

riqueza; dominar engenharia, petroquímica e tecnologia energética é desenvolvimento. País desenvolvido não é aquele que possui recursos naturais. É aquele que acrescenta inteligência a eles.

O AZORRAGUE: Mas o agronegócio brasileiro tornou-se uma potência mundial. O senhor diminuiria sua importância?

De maneira nenhuma. Seria uma estupidez ideológica desprezar um setor no qual o Brasil se tornou extraordinariamente eficiente. Eu perguntaria outra coisa: por que não conseguimos reproduzir a produtividade do agronegócio em outras áreas? O campo brasileiro incorporou ciência, genética, mecanização, logística, pesquisa da Embrapa e gestão. Pois façamos isso com indústria, serviços públicos e educação. O erro começa quando alguém imagina que agricultura e indústria são adversárias. País inteligente vende soja e também satélite, carne e também software, celulose e também máquinas. Não precisamos escolher entre fazenda e fábrica. Precisamos parar de escolher a mediocridade.

O AZORRAGUE: A educação continuaria sendo sua prioridade?

Com mais razão ainda. Quando Darcy Ribeiro e eu defendíamos escola pública de tempo integral, muita gente tratava aquilo como extravagância. O país perdeu décadas discutindo se criança pobre precisava de quatro horas de aula ou se isso já era luxo demais. No século XXI, inteligência virou infraestrutura econômica. Inteligência artificial, biotecnologia, semicondutores, energia, robótica e defesa dependem de gente altamente preparada. Quem não educa sua população importará não apenas máquinas, mas decisões. O CIEP não era simplesmente um prédio bonito desenhado por Niemeyer. A ideia era que

o Estado dissesse à criança pobre: você terá aqui alimentação, cultura, esporte, assistência e tempo para aprender. O Brasil ainda precisa compreender que escola cara é a escola ruim, porque o país paga a conta durante cinquenta anos.

O AZORRAGUE: E a universidade?

Universidade pública precisa produzir ciência, formar profissionais e dialogar com um projeto nacional. Não pode ser atacada como se fosse reunião de desocupados nem protegida como se qualquer crítica fosse crime contra a inteligência. Universidade boa precisa de dinheiro, liberdade acadêmica e cobrança de resultados. Quero pesquisadores brasileiros desenvolvendo tecnologia brasileira, participando de redes mundiais e ajudando empresas nacionais a inovar. Ciência sem liberdade vira repartição; ciência sem financiamento vira discurso; ciência sem ligação com desenvolvimento pode virar luxo acadêmico.

O AZORRAGUE: O senhor era nacionalista. Esse nacionalismo ainda faz sentido num mundo globalizado?

Mais do que antes, desde que não seja confundido com fechar fronteira e cantar o hino diante da alfanega. Nacionalismo moderno significa capacidade de decidir. Estados Unidos praticam política industrial; China pratica planejamento estratégico; União Europeia protege setores sensíveis. Aí dizem ao brasileiro que defender tecnologia nacional é provincianismo. É curioso: quando a potência protege seus interesses chama-se estratégia; quando o Brasil tenta proteger os seus chamam de atraso. Soberania hoje envolve dados, semicondutores, energia, alimentos, minerais críticos, telecomunicações, defesa e inteligência artificial. A bandeira continua a mesma; mudaram os campos de batalha.

O AZORRAGUE: China ou Estados Unidos?

Essa pergunta já começa errada. Brasil. Depois conversamos com os dois. A China é indispensável economicamente; os Estados Unidos continuam sendo potência econômica, tecnológica, financeira e militar decisiva. Um país do tamanho do Brasil não deveria pedir autorização para conversar com Pequim nem certificado de boa conduta para conversar com Washington. A nova ordem multipolar amplia justamente as possibilidades de diversificação estratégica. Autonomia não é neutralidade infantil. É saber onde estão os interesses nacionais e negociar com todos sem transformar o Itamaraty em torcida organizada.

9. O AZORRAGUE: E os BRICS?

São instrumento, não religião. Se aumentam a margem de negociação brasileira, diversificam financiamento, ampliam comércio e reduzem dependências excessivas, são úteis. Se alguém imaginar que trocar dependência de Washington por dependência de Pequim é soberania, apenas mudou o endereço da dependência. Política externa adulta não procura padrinho; procura espaço.

O AZORRAGUE: O acordo Mercosul-União Europeia muda esse tabuleiro?

Pode mudar bastante. O acordo comercial começou a ser aplicado provisoriamente em maio de 2026 e envolve um mercado de aproximadamente 720 milhões de pessoas. Mas acordo comercial não desenvolve país automaticamente. Abre porta. Quem atravessa a porta é a política econômica, a empresa, a infraestrutura, a inovação. Se entrarmos apenas com produtos primários e sairmos comprando tecnologia sofisticada, teremos ampliado comércio, não necessariamente desenvolvimento. O desafio é utilizar

abertura de mercados para inserir empresas brasileiras em cadeias de maior valor agregado.

O AZORRAGUE: E o Mercosul?

O Brasil sozinho é grande; articulado com a América do Sul é estrategicamente maior. Integração regional não significa financiar irresponsabilidade alheia nem fingir que nossos vizinhos pensam igual. Significa infraestrutura continental, energia, ferrovias, portos, comércio, defesa de interesses comuns e capacidade de negociação. Estados Unidos têm seu espaço econômico, Europa construiu o seu, China organizou enorme rede de relações asiáticas. Só o sul-americano às vezes acha sofisticado permanecer desunido.

O AZORRAGUE: O mundo de 2026 está mais perigoso?

Está mais fragmentado. A hegemonia americana encontra limites, a China ascendeu, a Rússia voltou a utilizar poder militar de maneira brutal, a Europa procura autonomia, conflitos no Oriente Médio reorganizam alianças e tecnologia virou arma estratégica. Para o Brasil, isso cria risco e oportunidade. O risco é tornar-se fornecedor passivo de matérias-primas. A oportunidade é ser uma potência de equilíbrio, alimentos, energia, clima, diplomacia, tecnologia tropical e articulação do Sul Global. Geopolítica é como baile: quem não sabe onde quer chegar acaba dançando conforme a música dos outros.

O AZORRAGUE: O senhor apoiaria alinhamento automático com alguma potência?

Eu passei uma vida desconfiando de alinhamento automático. País que terceiriza política externa logo terceiriza interesse nacional. Podemos discordar dos Estados Unidos sem sermos antiamericanos, negociar com a China

sem sermos chineses, conversar com europeus sem pedir cidadania e dialogar com o Sul Global sem romantizar governos autoritários. Autonomia exige coluna vertebral, não isolamento.

O AZORRAGUE: Voltemos ao Brasil. Estamos novamente em uma eleição presidencial extremamente polarizada. O que lhe incomodaria nesse ambiente?

A transformação da política numa discussão sobre pessoas antes de ser discussão sobre país. Eleição deveria responder: qual política industrial? Qual escola? Qual infraestrutura? Qual sistema tributário? Qual estratégia tecnológica? Qual defesa? Qual relação federativa? Em vez disso, grande parte do debate vira “quem você odeia mais?”. É uma forma muito eficiente de impedir que o eleitor pergunte aquilo que realmente incomoda o poder. A própria crise institucional atual tem retirado espaço do debate sobre desenvolvimento, educação, ciência e tecnologia às vésperas da eleição. Democracia precisa de paixão, mas não pode dispensar programa.

O AZORRAGUE: O senhor apoiou Lula em 1989 e foi vice dele em 1998. Como observaria Lula hoje?

Eu começaria lembrando que apoio político nunca deveria significar procuração em branco. Lula tornou-se uma das figuras centrais da história política brasileira e possui uma relação com as classes populares que poucos líderes conseguiram construir. Isso não torna seu governo imune a crítica. Eu perguntaria onde está o projeto de transformação estrutural capaz de sobreviver ao próprio Lula. Liderança que não produz instituições termina levando consigo parte do projeto quando sai de cena. A pergunta não seria “Lula é bom ou ruim?”. Isso é conversa de arquibancada. A pergunta seria: o que permanecerá

funcionando quando Lula não estiver mais lá?

O AZORRAGUE: E a direita brasileira de 2026?

Eu pediria programa. Conservadorismo democrático é perfeitamente legítimo. Liberalismo econômico é posição legítima. O problema começa quando direita vira apenas identidade cultural, ressentimento ou culto a uma personalidade. Eu perguntaria: qual projeto para educação básica? Como elevar produtividade? Qual política para indústria? Como financiar infraestrutura? Como enfrentar desigualdade sem destruir responsabilidade fiscal? Como inserir o Brasil no mundo? Se a resposta for apenas uma coleção de inimigos, não é programa de governo; é lista de convidados que não serão chamados para o aniversário.

O AZORRAGUE: E a esquerda?

A mesma cobrança. A esquerda não pode acreditar que virtude moral substitui competência administrativa. Defender pobre sem produzir crescimento acaba administrando pobreza. Defender Estado sem cobrar eficiência produz burocracia. Defender empresa pública independentemente do que ela entrega ao cidadão transforma instrumento em fetiche. Trabalhismo não é culto à máquina estatal. Estado é ferramenta. Quando funciona, fortaleça. Quando não funciona, conserte. E quando alguém rouba, não pergunte primeiro em qual partido vota.

O AZORRAGUE: Então corrupção tem ideologia?

Tem uma ideologia muito antiga: dinheiro. O corrupto pode decorar Marx pela manhã e Hayek à tarde se houver contrato público à noite. O problema brasileiro é transformar escândalo em campeonato. Quando o ladrão é adversário, exige-se

prisão; quando é aliado, solicita-se contexto histórico. O Tesouro, curiosamente, não pergunta a ideologia de quem o assalta.

O AZORRAGUE: O caso Banco Master colocou novamente dinheiro, poder e instituições no centro da crise. Como o senhor o observaria?

Com duas exigências simultâneas: investigação rigorosa e presunção de inocência. O caso alcançou dimensão institucional porque informações extraídas do celular de Daniel Vorcaro passaram a mencionar pessoas próximas a integrantes do Supremo e desencadearam controvérsias dentro da própria Corte. O julgamento de 15 de setembro terminou suspenso por pedido de vista de Flávio Dino, sem exame do mérito e com placar provisório de quatro a três sobre a tramitação separada das petições relacionadas a Moraes e Mendonça. A pior solução seria escolher previamente quem é santo e quem é bandido. Abra-se o que legalmente puder ser aberto, preserve-se o que a lei obrigar a preservar e investigue-se sem escolher sobrenome.

O AZORRAGUE: O senhor teria críticas ao STF?

Teria ao Supremo, ao Congresso, ao Executivo e provavelmente a este jornal se vocês me dessem tempo. Instituição democrática não é altar. O Supremo possui função indispensável, mas poder sem escrutínio é problema em qualquer Poder. Quando ministros entram no debate público com enorme protagonismo, suas decisões e relações institucionais naturalmente recebem maior escrutínio. A resposta não pode ser destruir o tribunal nem declarar seus integrantes acima de questionamento. Democracia exige duas coisas que o brasileiro frequentemente tenta separar: autoridade e controle.

O AZORRAGUE: E a crise entre os próprios ministros?

Divergência não me assusta. Tribunal com onze pessoas pensando exatamente igual é que deveria assustar. O problema é quando divergência jurídica se mistura com animosidade pessoal e o público já não consegue distinguir voto, acusação e desavença. Na sessão de 15 de setembro houve embates entre ministros, declarações de impedimento e suspeição e um pedido de vista que interrompeu o julgamento. Tribunal não precisa parecer convento, mas convém que continue parecendo tribunal.

O AZORRAGUE: E o Congresso Nacional?

O Congresso é indispensável. Eu combati Congresso, pressionei Congresso, perdi para Congresso, mas nunca achei que democracia pudesse funcionar sem Congresso. O que deve ser enfrentado é a deterioração da representação, a opacidade na destinação de recursos, a fragmentação partidária e a transformação do orçamento em instrumento de poder pouco inteligível ao cidadão. Parlamentar precisa poder destinar recursos; o cidadão precisa saber quem destinou, para onde foi, quem recebeu, quanto custou e o que entregou. Dinheiro público que precisa de escuridão já começou errado.

O AZORRAGUE: O presidencialismo brasileiro funciona?

Funciona aos trancos, que é uma especialidade nacional. Elegemos presidente como se fosse imperador e entregamos a ele um Congresso fragmentado com o qual precisa negociar diariamente. Depois ficamos escandalizados porque existe negociação. O problema não é negociar. Democracia é negociação. O problema é quando negociação programática vira balcão orçamentário. Coalizão deveria ser acordo

sobre projeto; frequentemente vira acordo sobre pedaços do Estado.

O AZORRAGUE: O senhor sempre falou em interesses econômicos poderosos. O mercado financeiro ocupa espaço excessivo?

Sistema financeiro forte é necessário. Crédito, investimento, poupança e mercado de capitais são instrumentos de desenvolvimento. O problema surge quando a economia inteira começa a funcionar prioritariamente em torno da remuneração financeira e investir na produção parece atividade para aventureiro. A OCDE projeta crescimento brasileiro de apenas 1,6% em 2026 e aponta juros elevados como freio ao investimento. Um país não fica rico apenas remunerando dinheiro. Alguém precisa fabricar alguma coisa, desenvolver tecnologia, construir infraestrutura e aumentar produtividade.

O AZORRAGUE: Mas responsabilidade fiscal não é indispensável?

Em termos relativos, porque nenhum país pode gastar indefinidamente sem olhar as próprias contas. Mas também nenhum país se desenvolve deixando de investir para fazer a contabilidade fechar. Escola, ciência, infraestrutura, saúde e capacidade produtiva não são simplesmente despesas; são investimentos que permitem ao país crescer, produzir mais e arrecadar mais no futuro. Responsabilidade fiscal não pode ser uma camisa de força cega, muito menos uma desculpa para equilibrar as contas retirando benefícios sociais de uma população que ainda convive com pobreza e desigualdade. Cobrar austeridade de quem mal consegue pagar comida enquanto certas despesas e privilégios permanecem intocáveis não é responsabilidade, é escolha política. O Estado deve combater desperdícios, privilégios e gastos improdutivos, mas

preservar aquilo que sustenta o povo e aquilo que faz a nação crescer. Conta pública precisa fechar, mas país nenhum deve fechar junto com ela.

O AZORRAGUE: O Estado brasileiro é grande demais?

Pergunta incompleta. Grande onde? Pequeno onde? Caro para quem? Eficiente em quê? O Estado pode ser enorme na burocracia e minúsculo na escola. Pode cobrar muito e investir pouco. Pode possuir centenas de órgãos e não conseguir entregar saneamento. Eu prefiro perguntar se o Estado tem capacidade. Estado desenvolvido não é necessariamente Estado gigantesco; é Estado que consegue executar aquilo que decide.

O AZORRAGUE: A reforma tributária pode ajudar?

Simplificar tributação sobre consumo e reduzir custo de conformidade é avanço potencial, e organismos internacionais apontam ganhos de produtividade possíveis com a reforma brasileira. Mas sistema tributário também é escolha distributiva. É preciso discutir consumo, renda, patrimônio, federalismo e capacidade de investimento. Reforma tributária não pode ser apenas uma maneira mais elegante de arrecadar a mesma injustiça.

O AZORRAGUE: O senhor governou dois estados. O federalismo brasileiro funciona?

O Brasil fala muito em Federação e frequentemente administra como se município e estado fossem departamentos da União. Prefeito recebe atribuição, governador recebe problema e Brasília frequentemente fica com o dinheiro e a norma. Federação séria exige receitas compatíveis com responsabilidades, transparência nas transferências e coordenação nacional. Não adianta

descentralizar obrigação e centralizar capacidade.

O AZORRAGUE: Por que somos tão desiguais?

Porque o Brasil se acostumou a produzir riqueza sem democratizar as condições para produzi-la e usufruí-la. Nossa desigualdade começa muito antes do salário: começa na criança pobre que recebe uma escola pobre, mora onde falta saneamento, encontra menos oportunidades e depois é cobrada como se tivesse largado da mesma linha de partida que o filho de uma família rica. Não existe igualdade verdadeira quando o berço já distribui o futuro. Por isso sempre coloquei a educação no centro da questão social. Distribuir renda é indispensável, garantir saúde, moradia e proteção social também, mas é preciso distribuir conhecimento, oportunidade e capacidade de ascensão. Uma escola pública excelente não é caridade aos pobres, é instrumento de emancipação. O Brasil será menos desigual quando o filho do trabalhador não precisar nascer rico para ter direito a um futuro rico em possibilidades.

O AZORRAGUE: Segurança pública teria lugar central num governo seu hoje?

Obrigatoriamente. O erro é escolher entre polícia e política social. Precisamos das duas. Polícia profissional, inteligência, investigação financeira, controle de fronteiras, sistema penitenciário que não funcione como universidade do crime e prevenção social. Crime organizado virou empresa multinacional: logística, contabilidade, tecnologia, armas, lavagem de dinheiro. Combatê-lo apenas colocando viatura na esquina é mandar o século XX prender o século XXI.

O AZORRAGUE: O senhor teria a mesma relação conflituosa com a grande imprensa?

Provavelmente daríamos trabalho uns aos outros. Imprensa precisa investigar governo, empresa, tribunal, banco e oposição. O governante tem direito de responder e obrigação de tolerar crítica. Eu tive conflitos históricos com veículos de comunicação, alguns justificados, outros certamente marcados pelo meu temperamento. A solução democrática para imprensa que erra é contestação, direito de resposta e Justiça quando houver ilícito. Não é censura. Poder que escolhe quais perguntas podem ser feitas já respondeu à pergunta mais importante.

O AZORRAGUE: E as redes sociais?

Eu teria de aprender primeiro onde fica o botão. Depois provavelmente brigaria com metade da internet antes do almoço. Mas perceberia rapidamente o problema: democratizaram a palavra e industrializaram a mentira ao mesmo tempo. Isso é extraordinário e perigoso. Antes, para espalhar uma falsidade nacionalmente, era preciso possuir jornal, rádio ou televisão. Hoje basta possuir telefone, raiva e bateria carregada. A resposta democrática é educação midiática, transparência das plataformas e responsabilização dentro da lei, não um Ministério da Verdade.

O AZORRAGUE: A inteligência artificial muda a questão do desenvolvimento?

Completamente. Se o Brasil perder essa corrida, poderá passar décadas comprando inteligência incorporada em produtos estrangeiros. Precisamos de centros de pesquisa, capacidade computacional, energia, dados, formação matemática, engenharia e empresas capazes de transformar pesquisa em produto. A discussão não é se inteligência artificial roubará empregos amanhã. É se o Brasil será apenas consumidor da inteligência artificial produzida pelos outros. País que chega atrasado às

revoluções tecnológicas costuma pagar ingresso para visitar o futuro.

O AZORRAGUE: Meio ambiente e desenvolvimento são incompatíveis?

Essa oposição ficou velha. O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas entre grandes economias e enorme potencial em renováveis, algo destacado inclusive pela OCDE. Amazônia em pé, biotecnologia, bioeconomia, energia limpa e agricultura de baixo carbono podem ser ativos estratégicos. Preservar floresta não significa condenar amazônida à pobreza. A verdadeira questão é transformar patrimônio ambiental em ciência, renda e soberania sem destruí-lo.

O AZORRAGUE: Se pudesse apresentar um projeto de desenvolvimento de vinte anos, quais seriam seus eixos?

Eu começaria por educação integral de qualidade desde a infância, ciência e tecnologia, infraestrutura física e digital, reindustrialização competitiva, transição energética, saneamento, produtividade do Estado, responsabilidade fiscal e integração sul-americana. Acrescentaria uma política nacional para inteligência artificial, biotecnologia, defesa, minerais críticos e semicondutores. Nada disso deveria pertencer exclusivamente a um partido. Projeto nacional que desaparece quando muda o presidente nunca foi projeto nacional; foi programa eleitoral com prazo de validade.

O AZORRAGUE: O Brasil pode tornar-se país desenvolvido?

Pode, e talvez essa seja uma das grandes frustrações da nossa história: possuímos quase tudo de que uma grande nação necessita e, ainda assim, permanecemos na antessala do desenvolvimento. O problema nunca foi falta de território, riquezas naturais, população, capacidade produtiva ou inteligência. O problema é que o Brasil frequentemente cresceu sem

decidir para quem crescia e se modernizou sem assegurar que os instrumentos dessa modernização permanecessem sob controle dos interesses nacionais. Desenvolvimento não é abrir a economia e esperar que o capital escolha espontaneamente aquilo que convém ao país. Capital procura remuneração; quem tem obrigação de pensar a nação é o Estado. É preciso planejamento de longo prazo, educação pública de qualidade, ciência, tecnologia, indústria nacional, infraestrutura, energia e capacidade de financiar o próprio desenvolvimento, preservando sob controle brasileiro aquilo que é estratégico para a soberania. O investimento privado tem seu lugar e sua importância, mas não pode ocupar o lugar da decisão nacional nem determinar sozinho o destino do país. O Brasil não precisa pedir ao mercado autorização para ter um futuro; precisa decidir que futuro quer e fazer o poder econômico servir a esse projeto, em vez de permitir que o projeto nacional sirva ao poder econômico.

O AZORRAGUE: O senhor, que viveu golpe, cassação, exílio, anistia e redemocratização, estaria preocupado com a democracia brasileira?

BRIZOLA: Democracia nunca deve ser tratada como objeto que se compra uma vez e fica guardado na sala. Precisa ser exercida, fiscalizada e defendida. Eu vi instituições ruírem em 1964 e sei que democracia pode desaparecer quando setores da sociedade começam a considerar as regras inconvenientes. Mas democracia também se enfraquece quando instituições democráticas deixam de prestar contas, quando corrupção é tolerada conforme o partido, quando adversário vira inimigo e quando cidadão perde confiança de que a lei vale para todos. Defender democracia não significa defender governante, ministro ou

parlamentar. Significa defender regras que valem inclusive quando nosso adversário é beneficiado por elas.

O AZORRAGUE: Para terminar, governador: se pudesse falar diretamente ao brasileiro que votará em outubro de 2026, o que diria?

BRIZOLA: Eu não lhe diria em quem votar. Diria para fazer algo muito mais trabalhoso: perguntar. Pergunte ao candidato qual país pretende entregar daqui a vinte anos. Pergunte como financiará aquilo que promete. Pergunte pela escola, pela produtividade, pela dívida, pela indústria, pela tecnologia, pela segurança, pela desigualdade e pelo lugar do Brasil no mundo. Quando ele responder apenas falando mal do adversário, pergunte de novo. Quando oferecer um culpado para cada problema, desconfie. Quando disser que sozinho salvará o Brasil, desconfie duas vezes. Nenhuma nação séria foi construída por salvador da pátria. Foi construída por instituições, trabalho, educação, planejamento e cidadãos que aprenderam a cobrar mais do poder do que uma boa frase.

E talvez eu acrescentasse uma última provocação. O Brasil passou tempo demais perguntando se pertence à esquerda ou à direita, aos Estados Unidos ou à China, ao mercado ou ao Estado. Talvez esteja na hora de fazer a pergunta que deveria ter vindo antes de todas as outras: quando é que o Brasil pretende pertencer ao próprio futuro?

Nota editorial de O Azorrague: Esta é uma entrevista imaginária. Leonel Brizola morreu em 21 de junho de 2004. As respostas acima não são declarações históricas nem citações atribuíveis ao ex-governador, mas construção jornalístico-literária baseada em aspectos documentados de sua trajetória e de seu pensamento político. Os acontecimentos de 2026 mencionados nas perguntas e respostas foram tratados a partir de informações disponíveis até 16 de setembro de 2026. A biografia histórica utilizada como referência principal é a do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

O AZORRAGUE

CRÍTICA • IDEIAS • HUMOR • INCONFORMISMO

BRASIL • ECONOMIA • TAXA SELIC

SELIC CAI, MAS A CONTA AINDA SOBRA PARA VOCÊ

O Banco Central cortou os juros pela quinta vez seguida e levou a Selic a 13,75% ao ano. É uma queda. Só não convém confundir-la com juros baixos. Entre a taxa anunciada em Brasília e aquela que aparece no extrato bancário existe um país inteiro. E, como de costume, o brasileiro paga o pedágio.



O Comitê de Política Monetária fez nesta quarta-feira aquilo que o mercado esperava e reduziu, por unanimidade, a Selic de 14% para 13,75% ao ano. Foi o quinto corte consecutivo de 0,25 ponto percentual desde março, quando começou a desmontagem cautelosa dos 15% ao ano que vigoravam desde junho de 2025. A direção, portanto, está correta: os juros estão descendo.

O problema é o andar em que o elevador resolveu abrir a porta. Treze vírgulas setenta e cinco por cento ainda é juro suficientemente alto para fazer a palavra “corte” produzir mais alegria na manchete do que no bolso de quem precisa de dinheiro.

O Banco Central tem razões que não podem ser despachadas como conversa de banqueiro depois do almoço. O IPCA acumulado em 12 meses estava em 4,22%

em agosto, abaixo do teto de 4,5%, mas ainda distante do centro da meta, de 3%. O cenário externo também recomenda cautela. Portanto, o Copom não está lutando contra um inimigo imaginário.

A pergunta menos confortável é outra: quanto custa ao restante da economia manter o remédio nessa dosagem e por tanto tempo? Porque juro também tem endereço. Quem possui dinheiro aplicado encontra remuneração generosa quando as taxas permanecem elevadas. Quem precisa de dinheiro para consumir, investir, abrir uma empresa ou simplesmente chegar vivo ao próximo salário encontra o crédito do outro lado da porta, cobrando ingresso.

Política monetária não é programa de distribuição de renda, evidentemente, mas seus efeitos tampouco são distribuídos com espírito franciscano. O dinheiro pode não ter ideologia. CEP, certamente, tem.

A conta aparece também no setor público. Nos 12 meses encerrados em março de 2026, os juros nominais do setor público consolidado chegaram a R\$ 1,080 trilhão, ou 8,35% do PIB. Isso não absolve déficit primário, trajetória da dívida ou decisões fiscais, nem autoriza procurar um único culpado e encerrar o inquérito. Mas produz uma curiosidade tipicamente brasileira: discutimos durante horas o custo da despesa pública e, com frequência, tratamos a despesa com juros como se tivesse descido do céu acompanhada das tábuas da lei. Talvez seja porque certas despesas chegam de chinelo e outras usam gravata.

Há um cuidado indispensável. Inflação também cobra dos pobres e não aceita parcelamento. Uma família de renda alta consegue reorganizar consumo, diversificar investimentos e proteger parte do patrimônio. Quem gasta quase tudo com comida, transporte, energia e moradia recebe o aumento dos preços sem direito a reunião extraordinária do conselho de administração.

Derrubar juros irresponsavelmente e reacender a inflação seria apenas trocar o nome da conta e entregá-la ao mesmo endereço. Mas há uma pergunta que o Brasil evita há décadas: por que quase toda febre econômica termina no mesmo comprimido? A Selic atua sobre crédito, demanda, expectativas, câmbio, consumo e investimento. É poderosa. Milagrosa, ainda não. Não aumenta safra, não constrói ferrovia, não desentope porto, não produz energia, não encerra guerra, não reduz o petróleo internacional e, apesar de toda a sofisticação do sistema financeiro, continua incapaz de fazer chover.

Quando a inflação nasce de choques de oferta, os juros podem impedir que ela se espalhe e contamine expectativas, mas não fabricam aquilo que está faltando. Por isso, política econômica que pretenda depender menos da Selic precisa trabalhar também com infraestrutura, logística, energia, concorrência, produtividade, investimento, inovação, política agrícola e capacidade industrial.

O Copom se reúne oito vezes por ano. O desenvolvimento, inconvenientemente, exige expediente nos outros 357 dias.

A economia já mostra essa tensão. O PIB cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2026, depois de avançar 1,1% no primeiro. O consumo das famílias recuou 0,4%, enquanto a formação bruta de capital fixo, indicador associado aos investimentos, cresceu 1,2%. Seria intelectualmente preguiçoso afirmar que “os juros derrubaram o PIB”.

A economia possui o desagradável hábito de ser mais complicada do que a manchete. Ainda assim, a desaceleração da atividade e a fraqueza do consumo ajudam a explicar por que o debate sobre o custo do dinheiro deixou as planilhas e chegou à mesa de jantar.

E então chegamos ao brasileiro, esse membro permanente do Copom que nunca é convidado para a reunião, mas

participa religiosamente das consequências.

A Selic pode cair 0,25 ponto numa quarta-feira sem que cartão, cheque especial, crédito pessoal, financiamento ou capital de giro tenham qualquer obrigação patriótica de imitá-la na quinta. O juro final inclui risco, inadimplência, impostos, custos administrativos, compulsórios garantias e margem financeira. Tudo perfeitamente explicável. O mistério começa quando se procura a queda no aplicativo do banco e ela parece ter sido creditada na conta de outra pessoa.

Aí entra em cena um personagem mais resistente que muitas inflações: o spread bancário. Bancos não são instituições de caridade, e ninguém sensato espera que emprestem dinheiro de graça. Risco custa, inadimplência custa, operação custa. O que merece escrutínio é por que a intermediação financeira brasileira permanece tão cara e quanto desse custo pode ser reduzido com concorrência, melhores garantias, informação, inovação, regulação e condições macroeconômicas mais favoráveis. O banco tem todo o direito de ganhar dinheiro. O cliente também deveria conservar o direito de sobreviver à experiência.

A discussão alcança ainda a autonomia do Banco Central. Ela existe para impedir que governos transformem a taxa de juros em cabo eleitoral. É uma proteção institucional importante. Mas autonomia não é canonização. Uma autoridade cujas decisões afetam emprego, crédito, investimento, câmbio, dívida pública e renda pode ser independente para decidir e continuar plenamente sujeita ao escrutínio público. Autonomia significa que o governo não escolhe a taxa. Não significa que o cidadão precise contemplá-la em silêncio, como quem observa um eclipse.

Também é cômodo transformar tudo numa guerra entre governo e

“mercado”. Antes da reunião, o Focus já apontava mediana de 13,75% para a Selic no fim de 2026, exatamente o nível decidido pelo Copom. A mesma pesquisa projetava inflação de 4,90% e crescimento de 1,89% para o ano. São expectativas, não escrituras recebidas no Monte Sinai. O mercado possui a mesma dificuldade do restante da humanidade para prever o futuro; apenas costuma errar em Excel.

A discussão séria, portanto, não é simplesmente exigir juros baixos. É perguntar juros baixos para quê e crédito para quem. Crédito para inovação, moradia, saneamento, infraestrutura, pequenas empresas, indústria, agricultura e transição energética pode ampliar a capacidade produtiva. Dinheiro barato que apenas troca de mãos no circuito financeiro pode enriquecer balanços sem acrescentar uma máquina à fábrica ou um metro de esgoto à cidade. O preço do dinheiro importa. O destino dele também.

O quinto corte consecutivo é uma boa notícia, mas não exige carnaval. Desde março, a Selic caiu 1,25 ponto percentual e chegou a 13,75%. Para o Banco Central, a cautela decorre dos riscos inflacionários e das incertezas domésticas e externas. Para consumidores e empresas, resta descobrir quando essa cautela deixará de aparecer no balcão bancário vestida de crédito caro.

Talvez a economia brasileira tenha desenvolvido uma nova lei da física. Quando a Selic sobe, a gravidade funciona imediatamente. Quando cai, entra em vigor a burocracia. No caminho entre Brasília e o bolso aparecem spread, risco, cadastro, margem, tarifa, análise de crédito e uma quantidade de portas suficiente para fazer 0,25 ponto percentual chegar exausto ao consumidor.

A Selic caiu para 13,75%. Agora só falta avisar o boleto.

O AZORRAGUE

CRÍTICA • IDEIAS • HUMOR • INCONFORMISMO

MUNDO • ENERGIA • CONFLITOS

GUERRA SEM FIM: UCRÂNIA, GAZA, IRÃ E UM PLANETA MAIS PERTO DO CAOS

O mundo não ficou sem diplomatas, tratados, organismos internacionais nem discursos pela paz. Ficou apenas extraordinariamente competente em produzir guerras que ninguém consegue terminar.



O século XXI começou prometendo globalização e terminou, até agora, entregando trincheiras. Quatro anos e

meio depois da invasão russa em grande escala, a Ucrânia continua em guerra. Gaza, mesmo depois do cessar-fogo firmado em

outubro de 2025, permanece entre ruínas, ataques e uma emergência humanitária gigantesca. Estados Unidos, Israel e Irã mergulharam em 2026 numa guerra que transformou o Estreito de Ormuz novamente em artéria cardíaca do planeta, daquelas em que uma arritmia em Teerã chega rapidamente ao posto de gasolina em São Paulo. No Mar Vermelho, os houthis ampliaram sua capacidade militar e voltaram a colocar Bab el-Mandeb no centro das preocupações estratégicas. O mundo globalizado conseguiu finalmente cumprir sua promessa: um problema local agora pode encarecer a vida de todo mundo simultaneamente.

A primeira tentação é tratar cada guerra como história independente. A Ucrânia seria o resultado da invasão ordenada por Vladimir Putin em fevereiro de 2022; Gaza, a consequência histórica de um conflito muito mais antigo, brutalmente reacendido pelo ataque do Hamas de 7 de outubro de 2023 e pela devastadora ofensiva israelense que se seguiu; a guerra contra o Irã, outro capítulo da disputa entre Washington, Israel e Teerã pelo equilíbrio regional. Tudo isso é verdadeiro, mas insuficiente. Vistas em conjunto, essas guerras também revelam algo maior: a ordem internacional construída sob predominância americana depois da Guerra Fria está sendo contestada justamente quando nenhuma nova ordem conseguiu substituí-la.

É nesse ponto que uma corrente importante da análise geopolítica concentra boa parte de sua interpretação. Para essa leitura, não estamos apenas diante de guerras regionais, mas de uma disputa sobre a passagem de uma ordem predominantemente unipolar para outra mais multipolar, na qual China, Rússia, Índia, Irã e outras potências procuram ampliar sua autonomia diante dos Estados Unidos. Outra vertente, vinculada ao realismo ofensivo, chega por caminho teórico diferente, mas também enxerga um

sistema internacional determinado em grande medida pela competição entre grandes potências. Nessa perspectiva, tem-se argumentado em 2026 que Washington não possui estratégia convincente para impor simultaneamente seus objetivos à Rússia e ao Irã, além de enfrentar riscos crescentes de escalada. Isso é interpretação, não fato estabelecido, e deve ser tratado como tal.

O mérito dessa lente é lembrar aquilo que a cobertura diária frequentemente esconde atrás do último míssil lançado: guerras possuem história anterior ao primeiro tiro. Isso não absolve quem invade outro país. A Rússia iniciou a invasão em grande escala da Ucrânia em fevereiro de 2022, fato que nenhuma discussão sobre expansão da OTAN apaga. Mas reconhecer a responsabilidade pela invasão também não obriga ninguém a fingir que a história começou naquela manhã. Moscou vinha denunciando havia anos a expansão da estrutura de segurança ocidental em direção às suas fronteiras; Washington e seus aliados sustentavam que Estados soberanos do Leste Europeu tinham direito de escolher suas alianças; os ucranianos tinham suas próprias razões históricas para temer a Rússia. A tragédia talvez esteja justamente aí: cada lado possuía argumentos de segurança suficientes para justificar sua desconfiança e armas suficientes para transformar essa desconfiança numa catástrofe.

Hoje, a Rússia ocupa aproximadamente um quinto do território ucraniano, enquanto a Ucrânia responde com ataques de longo alcance contra alvos e infraestrutura em território russo. Em junho de 2026, a ONU registrou 293 civis mortos e 1.990 feridos na Ucrânia, o maior total mensal de vítimas civis desde abril de 2022; no primeiro semestre, as baixas civis foram 37% superiores às do mesmo período de 2025. Em 16 de setembro, ataques russos com drones contra um ônibus e um trem no sul ucraniano

mataram cinco pessoas, segundo autoridades locais. Quatro anos depois, a guerra já sabe perfeitamente continuar. O que ninguém descobriu ainda foi como fazê-la parar.

Há negociações. Kiev prepara-se para uma possível retomada de conversações trilaterais com Rússia e Estados Unidos em outubro, depois das eleições parlamentares russas. O problema central continua sendo território e garantias de segurança. Moscou reivindica áreas do Donbass que nem sequer controla integralmente; Kiev rejeita entregar território como preço de uma paz que possa simplesmente dar à Rússia tempo para se rearmar. Washington procura intermediar. A Europa teme que uma paz sem garantias produza apenas intervalo. A diplomacia, portanto, está viva. Apenas parece estar internada.

A crítica realista dirigida ao Ocidente merece ser ouvida exatamente nesse ponto. Se a política internacional é também disputa de poder, é legítimo perguntar se Washington e a Europa subestimaram durante anos a percepção russa sobre a expansão da OTAN, se prometeram à Ucrânia uma integração estratégica que não estavam preparados para defender diretamente e se prolongaram expectativas incompatíveis com a correlação militar. Mas a crítica inversa também precisa entrar na sala: Putin escolheu a invasão, Moscou anexou territórios e a guerra produziu justamente aquilo que a Rússia dizia querer evitar, uma OTAN maior e uma Europa muito mais militarizada. Finlândia e Suécia entraram na aliança. É uma daquelas vitórias estratégicas em que o vencedor precisa explicar por que aconteceu o contrário do que pretendia.

Gaza apresenta tragédia de natureza diferente e talvez ainda mais devastadora. O cessar-fogo de outubro de 2025 reduziu a escala das hostilidades, mas não produziu paz. Mais de 1.300 palestinos

morreram desde a trégua, segundo dados divulgados pela imprensa internacional, em meio a ataques e acusações recíprocas de violações. Em setembro de 2026, famílias continuam vivendo em edifícios danificados porque não existem alternativas seguras suficientes; hospitais dependem de geradores em condições precárias e enfrentam falta de combustível, óleo e peças. No dia 16, o desabamento de um prédio danificado pela guerra matou pelo menos vinte pessoas, entre elas seis crianças. A guerra pode sair da primeira página. O concreto, infelizmente, continua caindo.

Também aqui qualquer análise que escolha apenas metade da história transforma geopolítica em torcida. O ataque do Hamas de 7 de outubro de 2023 matou cerca de 1.200 pessoas em Israel e incluiu sequestros de reféns. A resposta israelense devastou Gaza e produziu dezenas de milhares de mortes palestinas, deslocamento em massa e destruição de infraestrutura. A discussão internacional envolve segurança israelense, destino dos palestinos, ocupação, assentamentos, reconhecimento de um Estado palestino e limites impostos pelo direito humanitário. Quem reduz tudo a “Israel contra terrorismo” elimina os palestinos da história; quem reduz tudo a “resistência contra Israel” elimina os civis israelenses assassinados pelo Hamas. Cadáver não ganha argumento geopolítico depois de morto.

O conflito com o Irã acrescentou outra dimensão à crise mundial porque atingiu diretamente a circulação de energia. A guerra iniciada em fevereiro entre Estados Unidos e Israel, de um lado, e Irã, de outro, atravessou meses de ataques, bloqueios, negociações e novas escaladas. Em meados de setembro, a circulação pelo Estreito de Ormuz continuava dramaticamente reduzida: apenas quatro embarcações foram registradas atravessando a passagem numa terça-feira, muito abaixo

da média recente. Antes da guerra, aproximadamente um quinto do petróleo e do gás natural liquefeito transportados mundialmente passava pela região.

Ormuz explica melhor a geopolítica do que centenas de discursos. Um estreito com algumas dezenas de quilômetros de largura ajuda a determinar o preço mundial da energia. Quando Teerã ameaça navios, Washington desloca forças militares, produtores do Golfo procuram rotas alternativas e seguradoras recalculam riscos, o barril reage antes de os chanceleres terminarem suas frases. Em 16 de setembro, o Brent estava em torno de US\$ 105 por barril, apesar de uma queda naquele dia, e a Arábia Saudita buscava ampliar exportações por Omã para contornar as perturbações regionais. A civilização digital continua dependendo admiravelmente de um líquido preto atravessando passagens estreitas cercadas por países armados.

É justamente o Irã que mostra os limites de uma leitura excessivamente triunfalista da multipolaridade. Teerã mantém capacidade de impor custos significativos aos Estados Unidos e aos aliados regionais de Washington, sobretudo pela geografia de Ormuz e por sua rede de aliados. Uma das interpretações produzidas a partir do realismo sustenta que a estrutura de coerção favorece o Irã e chegou a classificar o memorando de junho com Washington como uma derrota americana. Mas os acontecimentos posteriores mostram uma realidade mais ambígua: o Irã sofreu forte redução nas exportações de petróleo, enfrenta enorme pressão econômica e não recebeu de China ou Rússia intervenção militar comparável à escala de sua confrontação com Washington. A multipolaridade pode limitar o poder americano. Não significa que Pequim tenha aberto um serviço de assistência 24 horas para países sancionados.

A China é provavelmente o personagem mais importante justamente porque prefere não protagonizar essas guerras. Pequim compra energia, vende mercadorias, investe em infraestrutura, amplia relações diplomáticas e observa Washington gastar recursos militares. Em 16 de setembro, o chanceler chinês pediu contenção a Irã e Estados Unidos, a retomada das negociações e a reabertura segura de Ormuz. A China possui interesse evidente nisso: é grande importadora de petróleo iraniano e depende da estabilidade das rotas energéticas. Sua política não é pacifismo desinteressado. A China gosta da paz sobretudo quando a paz entrega petróleo, comércio e crescimento, hábito bastante comum entre grandes potências.

A Rússia também não é simplesmente o heroico contraponto à hegemonia americana imaginado por parte do discurso antiocidental. É uma grande potência perseguindo seus próprios interesses, recorrendo inclusive à força militar para fazê-lo. A China tampouco é organização filantrópica internacional. O Irã não se converte em democracia liberal por desafiar Washington. E os Estados Unidos não deixam de possuir interesses estratégicos apenas porque apresentam suas ações em linguagem de democracia, segurança e ordem internacional. A grande contribuição do realismo é exatamente retirar as auréolas: potências têm princípios, mas também têm bases militares, mercados, rotas marítimas e planilhas. Curiosamente, quando princípio e interesse coincidem, os discursos ficam muito melhores.

Esse olhar ajuda também a entender o chamado Sul Global. BRICS, Organização para Cooperação de Xangai, aproximação sino-russa, expansão das relações comerciais em moedas nacionais e tentativas de reduzir dependência financeira de Washington são sinais reais de transformação. Mas seria precipitado

anunciar o funeral do dólar ou a inauguração de uma nova ordem mundial na próxima terça-feira. O próprio BRICS mostrou suas diferenças na cúpula de 2026: seus integrantes não possuem interesses idênticos, e Índia e China competem por influência. Multipolaridade não é uma grande família reunida contra os Estados Unidos. É mais parecida com reunião de condomínio: todos concordam que o síndico tem poder demais até chegar a hora de escolher o novo síndico.

E os Estados Unidos continuam extraordinariamente poderosos. Possuem a moeda central do sistema financeiro internacional, superioridade militar global, alianças, universidades, tecnologia, mercados de capitais e enorme capacidade de sanção. O problema americano talvez seja outro: poder não significa capacidade ilimitada. Washington precisa administrar simultaneamente Rússia, China, Oriente Médio, segurança europeia, Indo-Pacífico e uma sociedade doméstica cada vez menos disposta a pagar indefinidamente pelas aventuras externas. O orçamento de defesa solicitado para 2027 chegou a níveis sem precedentes, enquanto a guerra contra o Irã expôs custos de munição, logística e sistemas militares sofisticados.

Talvez seja justamente aí que correntes de análise oriundas de tradições bastante diferentes encontrem algum terreno comum: o período em que uma potência podia imaginar organizar praticamente sozinha as regras do sistema internacional está sob pressão. As divergências aparecem, e são profundas, quando se discutem causas, responsabilidades e consequências. Para uma interpretação, estamos assistindo à libertação progressiva de uma hegemonia; para outra, à volta perigosa da política de esferas de influência. Talvez as duas coisas possam estar acontecendo simultaneamente.

Porque multipolaridade não significa necessariamente paz. A Europa multipolar

do início do século XX ofereceu uma demonstração bastante convincente disso em 1914. Quando várias potências possuem capacidade de veto, ambições regionais, arsenais e medo umas das outras, o equilíbrio pode produzir moderação ou desastre. A vantagem de um mundo multipolar é limitar hegemonias. O risco é multiplicar os candidatos a hegemon.

E nisso está o paradoxo de 2026. Nunca houve tantas instituições destinadas a preservar a paz. Temos ONU, Conselho de Segurança, OTAN, União Europeia, BRICS, G7, G20, tribunais internacionais, conferências, cúpulas, enviados especiais e diplomatas suficientes para lotar um estádio. Ainda assim, a Ucrânia entra no quinto ano de guerra, Gaza continua soterrada, Estados Unidos e Irã trocam ataques, os houthis controlam posições estratégicas no Mar Vermelho e as grandes potências aumentam gastos militares.

Talvez o planeta não esteja simplesmente “mais perto do caos”. A palavra caos pode até ser confortável demais, porque sugere ausência de lógica. Há lógica em quase tudo isso. Há disputa por território, segurança, energia, rotas comerciais, influência, tecnologia, mercados e zonas de poder. A Rússia tem sua lógica. Os Estados Unidos têm a sua. A China tem a sua. Israel, Irã e Ucrânia também.

O problema é que a lógica dos Estados costuma ser impecável até encontrar a lógica do Estado vizinho. E então entra o míssil.

A humanidade continua procurando uma nova ordem mundial. Até agora, encontrou principalmente a desordem da antiga.